

## **O IMPACTO DAS IPSAS NO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO**

### **DEBORA DE LIMA BEGNINI**

Estudante de Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná.

Endereço: Av. Prof. Lothário Meissner, 632 | Jd. Botânico | CEP 80210-170 | Curitiba/PR | Brasil.

### **FRANCISCO GLEISSON PAIVA AZEVEDO**

Estudante de Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná.

Endereço: Av. Prof. Lothário Meissner, 632 | Jd. Botânico | CEP 80210-170 | Curitiba/PR | Brasil.

### **HENRIQUE PORTULHAK**

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná.

Endereço: Av. Prof. Lothário Meissner, 632 | Jd. Botânico | CEP 80210-170 | Curitiba/PR | Brasil.

### **CLAUDIO MARCELO EDWARDS BARROS**

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná.

Endereço: Av. Prof. Lothário Meissner, 632 | Jd. Botânico | CEP 80210-170 | Curitiba/PR | Brasil.

### **ÁREA TEMÁTICA**

Setor Público

**Palavras-chave:** *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS); Foreign Direct Investment (FDI); Resource Dependence Theory.*

### **RESEARCH WORKSHOP 3**

«Economía social y desarrollo»

## O IMPACTO DAS IPSAS NO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

### Resumo:

O estudo teve como interesse analisar o impacto da adoção das normas IPSAS no Investimento Estrangeiro Direto - *Foreign Direct Investment* (FDI) recebido por países. A amostra considerou 32 países, desenvolvidos e emergentes, considerando o intervalo de 2010 a 2021. O método estatístico utilizado foi a análise de Regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), modelo longitudinal. Os resultados inferem que há um impacto pequeno, porém positivo, significativo ao nível de 10%, entre a adoção das normas IPSAS e a entrada de FDI. Este resultado traz evidências empíricas sobre resultados efetivos proporcionados pelas IPSAS em países adotantes.

**Palavras-chave:** Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), *Foreign Direct Investment* (FDI), Teoria da Dependência de Recursos.

### 1 INTRODUÇÃO

Como prática oriunda do setor privado e baseada no paradigma da Nova Gestão Pública - *New Public Management* (NPM), as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) se tornaram uma tendência estabelecida no setor público. Com o passar dos anos, as IPSAS ganharam relevância e atraíram a atenção de pesquisadores, profissionais e gestores públicos, especialmente na última década (Bisogno et al., 2022). A partir de 2015, houve um forte movimento internacional para adoção das IPSAS pelos países (Christiaens et al., 2015). Diferentes economias mundiais, desde países desenvolvidos até países emergentes, têm se esforçado para implementá-las (Tawiah, 2022).

As reformas contábeis, que se concentram nos relatórios financeiros, estabeleceram-se como meio de obter legitimidade institucional. O propósito dessas reformas é melhorar a eficiência e a eficácia da prestação de serviços públicos, modernizar e mudar a gestão pública, e fornecer informações focadas na tomada de decisões e nas responsabilidades alocadas para fins de prestação de contas (Benito et al., 2007). Embora 60% dos países membros do *International Federal of Accountants* (IFAC) adotem as IPSAS, muitos os implementaram sem estar plenamente convencidos da utilidade e do potencial de alcance de seus propósitos. Em vez disso, foram conduzidos pelo desejo de melhorar a governança pública (Castañeda-Rodriguez, 2022).

Ao recorrer à literatura, podem ser encontrados estudos que constataram benefícios advindos com a adoção das IPSAS, tais como que a contabilidade por regime de competência - aspecto substancial das IPSAS - é positivamente associada à eficiência pública (Barton, 2009; Cuadrado-Ballesteros et al., 2022; Shehadeh et al., 2022) e que, para países em desenvolvimento, as IPSAS são um limitador para a corrupção (Tawiah, 2021). Também são relatadas evidências de que as IPSAS têm influência positiva e significativa na qualidade da governança (Tawiah, 2022) e que a implementação das IPSAS é capaz de diminuir a incerteza da política econômica (Hesarzadeh & Behbahaninia, 2022).

Contudo, as normas contábeis implantadas com base nesta estrutura também têm recebido críticas, especialmente em função dos custos de implementação e da falta de

alinhamento desses padrões com a finalidade do setor público (Fahlevi et al., 2022; Soguel et al., 2022; Borbély et al., 2021; Van Schaik, 2021). Também podem ser encontrados resultados de pesquisas que não identificam uma relação significativa entre IPSAS e aspectos como transparência fiscal e *accountability* (Castañeda-Rodriguez et al., 2022).

Considerando o estado da arte sobre IPSAS, Schmidhuber (2020) elencou aspectos considerados relevantes para serem avaliados por pesquisadores, dentre os quais a carência de se identificar os resultados efetivos que sua adoção trouxe às economias, em especial com base em evidências empíricas mais robustas. Um dos resultados efetivos para a economia dos países que é esperado com a adoção das IPSAS é o aumento do Investimento Estrangeiro Direto - *Foreign direct investment* (FDI) (Egolum & Ndum, 2021).

De acordo com Sellami e Gafsi (2019), a adoção das IPSAS é capaz de atrair investimentos estrangeiros tanto pela melhoria da qualidade dos relatórios financeiros dos países quanto pela redução da corrupção. Para Egolum e Ndum (2021), a ausência de normas de contabilidade de alta qualidade, como as IPSAS, é capaz de reduzir a confiança nos governos, impactando negativamente no recebimento de FDI e, conseqüentemente, no crescimento e desenvolvimento econômico. Contudo, apesar dos argumentos a respeito dos possíveis impactos positivos da adoção das IPSAS no FDI recebido pelos países, não se observa neste momento na literatura acadêmica evidências empíricas a respeito desta relação.

Sob esse contexto, esta pesquisa tem como propósito avaliar o impacto da adoção das normas IPSAS no FDI recebido por países. A relevância deste estudo consiste, em primeiro lugar, em realizar uma análise empírica da significância da adoção das IPSAS no FDI dos países receptores, durante o período de 2010 a 2021, por meio da aplicação de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Em segundo lugar, embora estudos apontem esse possível efeito (Egolum & Ndum, 2021; Sellami & Gafsi, 2019), até o momento não se observou na literatura essa confirmação, desta forma este estudo preenche essa lacuna. Além disso, o estudo atende ao chamado de Schmidhuber (2020) sobre a necessidade de mais estudos analisarem as IPSAS empiricamente oportunizando esclarecer o real impacto da adoção dessas normas nas economias, acrescentando ao debate acadêmico sobre os benefícios, críticas e conseqüências das IPSAS.

No aspecto social, sendo as IPSAS uma plataforma que visa a elaboração de relatórios financeiros de qualidade, capazes de subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos e possibilitar melhorias na governança pública (Benito et al., 2007), discussões acerca de seus impactos são relevantes visto que uma melhor governança e gestão pública podem conduzir os países ao crescimento econômico (Kurtz & Schrank, 2007). Nesse sentido, a pesquisa contribui para o debate geral de acadêmicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas sobre as reformas contábeis no setor público.

## **2 PLATAFORMA TEÓRICA**

### **2.1 Adoção das IPSAS**

Em busca de uma linguagem contábil pública comum, muitos países decidiram reformar suas políticas contábeis e, nesse sentido, desde 1997 o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), com a emissão das IPSAS, avançou como uma alternativa e referência para um processo de harmonização em termos internacionais das normas contábeis aplicadas ao setor público (Benito et al., 2007). Entretanto, muitos países resistem a esta adoção devido a questões políticas e ideológicas (Hyndman & Connolly, 2011), ou ainda, por questões culturais, por considerarem adequado seu atual regime contábil público, ou por serem países já desenvolvidos e, assim, não observarem incentivos para uma convergência (Oulasvirta, 2014).

Estudos recentes evidenciam pontos positivos destas normas. Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2021), ao analisarem os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), observaram que países que implementaram as IPSAS demonstraram ter um nível mais alto de qualidade da governança, indicando influência positiva em aspectos como responsabilidade, eficácia do governo, e controle da corrupção. Na mesma linha, Tawiah (2022) ao analisar países desenvolvidos e em desenvolvimento, observou que as normas IPSAS aumentam a qualidade da governança nos países em desenvolvimento, em especial nos aspectos de transparência e prestação de contas.

Em outro estudo, Tawiah (2021) indicou que a adoção das IPSAS é um limitador à corrupção e, para Cuadrado-Ballesteros et al., (2020), a corrupção é reduzida à medida que os governos avançam nas reformas contábeis do setor público. Para Shehadeh (2022), a adoção do regime de competência a partir das IPSAS melhora a gestão de ativos e passivos, melhora a tomada de decisão, a comparabilidade e o controle das contas públicas. De acordo com Cuadrado-Ballesteros et al. (2022), a contabilidade por regime de competência – importante bandeira das IPSAS - leva a uma maior eficiência governamental.

Entretanto, outros estudos contemporâneos sinalizam resultados com outro parecer. Embora, a maioria dos estudos indiquem as IPSAS como indutora de boa governança, outros questionam a discricionariedade de pontos subjetivos da norma (van Schaik, 2021; Soguel et al., 2022) que podem, por exemplo, levar ao gerenciamento de resultados (Cohen et al., 2019). Castañeda-Rodriguez et al. (2022) identificaram que a contabilidade por regime de competência é positiva e significativamente associada à transparência fiscal e a *accountability*; entretanto, não detectaram que o grau de adoção das IPSAS está associado a essas variáveis.

Schmidhuber (2020) verificou que crises financeiras e altos níveis de dívida pública são vistos como sinais de alerta para a mudança dos atuais sistemas contábeis de países e organizações internacionais, no sentido de que os relatórios financeiros propiciam informações que subsidiam uma melhor tomada de decisão e melhor gestão dos recursos públicos. Por este motivo, face a argumentos de que a adoção das normas IPSAS possuem como objetivo final a promoção de melhorias econômicas (Bakre et al., 2022), análises sobre os efeitos de sua adoção em aspectos como o FDI se tornam relevantes.

## **2.2 Investimento Estrangeiro Direto (FDI)**

### ***2.2.1. Importância do FDI para as Economias***

O FDI tem evoluído como a área mais significativa dos negócios internacionais, chamando a atenção crescente tanto de acadêmicos quanto de gestores públicos: enquanto acadêmicos são capazes de fornecer novas evidências e *insights* para uma melhor tomada de decisão que atraia o FDI, os gestores públicos e formuladores de políticas públicas podem se servir desse arcabouço teórico identificando práticas e políticas que possam atrair o FDI (Paul & Feliciano-Cestero, 2021).

Diversas teorias abordam o fenômeno, dentre as quais a Teoria da Dependência de Recursos, pela ótica de Pfeffer e Salancik (1978) (Saini e Singhania, 2018). A teoria parte do pressuposto de que as organizações estão sujeitas ao ambiente e, ao se reconhecerem como auto-insuficientes, necessitam traçar estratégias, efetuar ajustes e firmar alianças para garantir os recursos necessários para sua sobrevivência (Lopes, 2017). Pelo prisma do FDI, Saini e Singhania (2018) exemplificam que países em desenvolvimento, dotados de recursos naturais, mas que carecem de tecnologia e de capital, efetuem reformas de modo a atrair tais recursos necessários para potencializar seu desenvolvimento.

A literatura evidência ao longo dos anos os benefícios que o FDI pode trazer às economias. Borensztein et al., (1998), ao explorarem dados de 69 países em desenvolvimento,

sugerem que o FDI contribui para o crescimento das economias, até mesmo mais que o próprio investimento doméstico, por ser um veículo importante de transferência tecnológica.

Outros estudos sinalizam que o FDI favorece no país anfitrião o aumento da produtividade (Peres et al., 2018; Chamisa, 2020), geração de emprego (Karuiki, 2015; Peres et al., 2018; Chamisa, 2020), acesso a novas tecnologia (Panigrahi & Panda, 2012), habilidades gerenciais, recursos financeiros (Karuiki, 2015), marketing (Panigrahi & Panda, 2012; Karuiki, 2015), acesso a mercados internacionais (Panigrahi & Panda, 2012), reinvestimento de lucros (Saini & Singhanian, 2018) e novas entradas de capital (Chamisa, 2020).

Embora o efeito benéfico do FDI seja mais evidenciado nas economias em desenvolvimento, os fluxos de capital estrangeiro também influenciam o processo de crescimento dos países desenvolvidos: enquanto os países em desenvolvimento precisam dele para fins de crescimento e investimento, os países desenvolvidos obtêm vantagens com influxos de capital estrangeiro para o desenvolvimento sustentável de suas economias (Saini & Singhanian, 2018).

Tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento que o FDI pode oferecer às economias, diferentes líderes governamentais buscam delinear suas políticas para atrair mais fluxos de capital (Saini & Singhanian, 2018). Sob esse enfoque, estudos anteriores buscaram analisar os determinantes do FDI, o que será tratado na próxima seção.

### ***2.2.2 Determinantes do FDI***

Considerando o FDI como importante engrenagem para o desenvolvimento das economias, estudos foram incentivados a identificar fatores que estimulam ou restringem sua atratividade, tais como aspectos econômicos, políticos (Saini & Singhanian, 2018; Tocar, 2018) culturais, de recursos humanos, infraestrutura, tecnologia (Tocar, 2018), características de governança (Biro et al., 2019; Niarachma, 2021), bem como o próprio desenvolvimento financeiro do país anfitrião (Islam et al., 2020).

Apesar da vasta literatura desenvolvida que aborda essa perspectiva, os determinantes do FDI ainda não são claros, visto que os resultados empíricos quanto à relação entre as variáveis acabam por divergir entre as pesquisas (Blonigen & Piger, 2014; Adhikary, 2017). Adhikary (2017) explica que os determinantes do FDI podem ser específicos do país e, até certo ponto, específicos do método utilizado. Contudo, ao observar a literatura, algumas variáveis são comumente encontradas, tais como: abertura comercial, crescimento econômico, corrupção e o FDI do ano anterior.

A abertura comercial é vista como um determinante do FDI (Tocar, 2018), pois a promoção ao livre comércio e boas práticas/políticas comerciais podem reduzir os custos de transação do investimento ao se lidar com determinadas restrições comerciais sobre bens e serviços que entram em um país; Uma maior abertura comercial amplia o fluxo de bens e serviços, propiciando mais investimentos (Karuiki, 2015; Adhikary, 2017; Chamisa, 2020). Resultados que reportaram relação significativa entre FDI e abertura comercial foram reportados por Gani (2007), Aw & Tang (2010), Iamsiraroj, (2016), Saini e Singhanian (2018) e Chamisa (2020).

O crescimento econômico está entre os determinantes do FDI (Saini & Singhanian, 2018). Explica-se esta relação pelo fato de o crescimento econômico ser um indicador de produtividade, o que representa maior potencial de mercado do país anfitrião (Adhikary, 2017; Tocar, 2018). Logo, o crescimento lento também desestimula a entrada de FDI (Karuiki, 2015). Apesar da recorrência de evidências que relacionam FDI e crescimento econômico (ex. Gani, 2007; Iamsiraroj, 2016; Saini & Singhanian, 2018), resultados divergentes podem ser encontrados na literatura, como, por exemplo, Elfakhani e Mackie (2015) que não encontraram

relação significativa entre FDI e crescimento econômico ao investigarem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A corrupção é apontada como um dos fatores institucionais mais importantes que impedem os fluxos de FDI (Peres et al., 2018). A corrupção é vista como um fator negativo sob o ponto de vista da governança e, por isso, se torna um importante parâmetro para decisões sobre o FDI (Hasan et al., 2017). Estudos sinalizam uma relação negativa entre corrupção e FDI em diversas localidades, como Malásia (Aw & Tang, 2010), Índia (Hasan et al., 2017) e África Austral (Chamisa, 2020); entretanto, resultados que não apontam relação significativa entre as variáveis já foram reportados acerca da Europa Central e Oriental (Iloie, 2015) e em economias em desenvolvimento (Peres et al., 2018).

O FDI recebido no ano anterior é identificado como determinante do FDI atual. Além dos aspectos técnicos, em que evidências demonstram que a aplicação de valores defasados do FDI são capazes de mitigar sua endogeneidade (Delgado et al., 2014), entende-se que investidores estrangeiros estão dispostos a investir em um país que recebeu FDI no passado em função de esse ser um indicador de que o país está aberto a negociar com outras nações (Kariuki, 2015). Considera-se que o FDI consiste em uma decisão de longo prazo da parte concedente, pelo fato de envolver um alto volume de recursos (Saini & Singhanian, 2018). Estudos anteriores evidenciaram a relação positiva e significativa entre o FDI atual e o FDI anterior, dentre os quais Sato (2012), Kariuki (2015), Peres et al. (2018) e Saini e Singhanian (2018).

Naturalmente, conforme exposto e dada a pertinência do tema, há uma busca contínua por parte dos pesquisadores dos possíveis fatores que podem atrair o FDI para as economias. Além dessas variáveis comentadas, fatores políticos, governamentais e legais carecem de ser abordados, sendo potenciais para aumentar o nível de entrada de capital estrangeiro nos países. (Saini & Singhanian, 2018).

### **2.3 IPSAS e FDI**

A adoção e implementação das normas IPSAS pode promover uma série de benefícios aos países (Egolum & Ndum, 2021). Os países podem se encorajar a adotar as IPSAS a fim de obter legitimação internacional na intenção de atrair investidores estrangeiros (Sellami & Gafsi, 2019). Ao produzir impacto positivo na qualidade da governança e ser um limitador da corrupção (Tawiah, 2021; Tawiah, 2022), as IPSAS podem transmitir confiança, atraindo assim diversas modalidades de investimento, tal como de organizações financeiras de investimento externo como o Banco Mundial (*World Bank*) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (*International Monetary Fund*), além de FDI (Sellami & Gafsi, 2019; Madawa & Frank, 2022).

Christiaens et al. (2015) argumentam que a evolução na adoção das IPSAS em países europeus emergentes pode ser explicada pela Teoria da Dependência de Recursos, uma vez que esses países carecem de recursos de organizações internacionais, como do FMI, que por sua vez, estimula a adoção das normas. Ou seja, pela ótica do isomorfismo coercitivo, em função da dependência de recursos e da preocupação com a legitimidade, países se submetem a pressões coercitivas externas que induzem a adoção das IPSAS (Amiri & Hamza, 2020; Boolaky et al., 2020). Ainda, o nível de adoção das normas dos parceiros comerciais de um país pode influenciar a extensão da adoção (Amiri & Hamza, 2020).

Nesse sentido, os adotantes esperam colher frutos dessa adoção, incluindo o aumento do FDI: diversas publicações expressam esta expectativa de que a adoção das normas IPSAS possa melhorar a gestão financeira, a governança, a transparência, a prestação de contas, combater a corrupção e aumentar a entrada de investimentos estrangeiros nos países (Egolum & Ndum, 2021; Gebreyesus, 2020; Saleh et al., 2021).

Com base no exposto, considerando que os efeitos da adoção das normas IPSAS podem gerar legitimidade internacional e que a dependência de recursos pode levar os países a adotarem as IPSAS, propõe-se a hipótese abaixo:

H1: Há relação positiva e significativa entre a adoção das normas IPSAS e a entrada de FDI.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo avalia de forma quantitativa o impacto das IPSAS no FDI recebido por países. Empregou-se a análise documental para extrair dados dos relatórios do IFAC quanto ao *status* de adoção das IPSAS, além de coleta de dados secundários, tais como os indicadores econômicos oriundos da base de dados do Banco Mundial e da Nações Unidas e indicador institucional da base de dados da Transparência Internacional. Utilizou-se como amostra 32 países desenvolvidos e emergentes, com informações relativas ao período de 2010 a 2021.

#### 3.1 Países da Amostra

Foram selecionadas para o estudo 32 países desenvolvidos e emergentes. Esta amostra, baseada em Gani (2007) e correspondente a estudos análogos como o de Saini e Singhanian (2018), é composta por 12 países desenvolvidos que correspondem às maiores potências de atração de FDI, e 20 países emergentes que assim são considerados pelo FMI (IMF, 2023). De acordo com dados da Nações Unidas do ano de 2021, os países da amostra representavam 79,89% do FDI de todo o mundo (United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD], 2023).

Ademais, os países da amostra são membros do IFAC, o que possibilita a extração de informações como o *status* de adoção das IPSAS, dado essencial para a realização da presente análise. Os países selecionados para a amostra e respectivo *status* de adoção das IPSAS podem ser visualizados na Tabela 1.

**Tabela 1**

*Países da amostra e status de adoção das normas IPSAS*

Status IPSAS	Países		
	Emergentes		Desenvolvidos
Adoção Integral	Arábia Saudita	Emirados Árabes Unidos	Nova Zelândia
			Suíça
Adoção Parcial	África do Sul	Índia	Austrália
	Brasil	Indonésia	Canadá
	Chile	Malaysia	Israel
	Colômbia	México	Reino Unido
	Filipinas	Tailândia	Singapura
	Hungria	Turquia	
Não Adota	Argentina	Polônia	Alemanha
	China	Rússia	Estados Unidos
	Egito	Vietnã	França
			Itália
			Japão

Fonte: IFAC (2023) e IMF (2023)

#### 3.2 Variáveis da Pesquisa

As variáveis utilizadas neste estudo foram determinadas de acordo com a revisão teórica e encontram-se descritas na Tabela 2. A variável dependente do estudo é o FDI, a variável de interesse consiste na adoção das IPSAS e as variáveis de controle adotadas foram abertura comercial, corrupção, crescimento anual do PIB e o FDI do ano anterior.

**Tabela 2**  
*Variáveis da pesquisa*

Variável dependente	Mensuração	Sinal esperado	Referências
Investimento Estrangeiro Direto (FDI)	Entradas líquidas na economia declarante de investimentos estrangeiros diretos, dividida pelo PIB		Delgado et al. (2014); Hasan et al., (2017); Saini e Singhanía (2018); Chamisa (2020); Tawiah, (2022)
Adoção IPSAS (IPSAS)	Variável <i>dummy</i> : (0) não adotado, (1) adotado parcial ou integralmente	(+)	Tawiah (2021); Castañeda-Rodríguez (2022)
Abertura Comercial (TRADE)	Soma das exportações e importações de mercadorias, dividida pelo PIB	(+)	Blonigen e Piger (2014); Kariuki (2015); Adhikary (2017); Saini e Singhanía (2018)
Corrupção (CPI)	Índice de Percepção da Corrupção (CPI), que varia de 0 a 100, com valores mais altos indicando baixa percepção de corrupção	(-)	Tocar (2018); Hasan et al. (2019); Chamisa (2020); Tawiah (2021); Cuadrado-Ballesteros (2022)
Crescimento anual do PIB (CRES)	Taxa de crescimento percentual anual do PIB a preços de mercado com base na moeda local constante	(+)	Adhikary (2017); Saini e Singhanía (2018); Tocar (2018); Cuadrado-Ballesteros (2022); Tawiah (2022)
FDI defasado (L1)	Defasagem de um período de tempo da variável dependente	(+)	Sato (2012); Kariuki (2015); Peres et al. (2018); Saini e Singhanía (2018)

Christiaens et al. (2010) evidenciavam que a reforma contábil no setor público já estava em pauta em diversos países a partir de 2010. Diante disso, o recorte temporal para esse estudo abrange os anos de 2010 a 2021, último ano com dados completos em relação às variáveis utilizadas.

Os dados referentes aos indicadores econômicos foram coletados diretamente na base de dados de organismos internacionais. Da base de dados no Banco Mundial (World Bank, 2023) foram coletadas as variáveis TRADE e CRES seguindo os passos: dados e pesquisa, por indicador, indicadores de economia e crescimento e indicadores do setor privado. Da base de dados das Nações Unidas (UNCTAD, 2023) foram coletadas as variáveis FDI e L1 seguindo as etapas: Estatísticas, centro de dados, balança de pagamentos, Investimento Estrangeiro Direto, Entradas, Fluxo.

O CPI foi coletado na base de dados da Transparência Internacional (2023). Para verificar o *status* de adoção das IPSAS, foi consultado dentro do *website* do IFAC o perfil dos membros que tiveram o *status* de adoção das IPSAS reconhecido pelo IFAC, assim como nos estudos de Tawiah (2021) e Castañeda-Rodríguez (2022).

### 3.3. Modelo Empírico

Para testar a rejeição da hipótese nula, o método estatístico adotado foi a regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), modelo longitudinal *Pooled Ordinary Least Squares* (POLS). De acordo com Paul e Feliciano-Cestero (2021), esse é o método mais comum usado em pesquisas com FDI. Buscou-se significância de ao menos 10%. Os dados foram analisados no *software* Stata 16®.

O modelo estatístico é expresso da seguinte forma:



$$FDI = \beta_0 + \beta_1 IPSAS + \beta_2 L1 + \beta_3 TRADE + \beta_4 CPI + \beta_5 CRES + \varepsilon$$

onde:

FDI: Investimento Estrangeiro Direto;

$\beta_0$ : Intercepto;

$\beta_1$ : IPSAS: Adoção das IPSAS;

$\beta_2$ : L1: Investimento Estrangeiro Direto defasado;

$\beta_3$ : TRADE: Abertura comercial;

$\beta_4$ : CPI: Índice de Percepção da Corrupção;

$\beta_5$ : CRES: Crescimento anual do PIB;

$\varepsilon$ : Termo de erro da regressão.

Salienta-se que a hipótese nula é unicaudal, em que sua aceitação consiste no valor de  $\beta_1 \leq 0$ . Deste modo, para que haja confirmação da hipótese de pesquisa levantada, se espera que o resultado seja positivo e maior que zero (0).

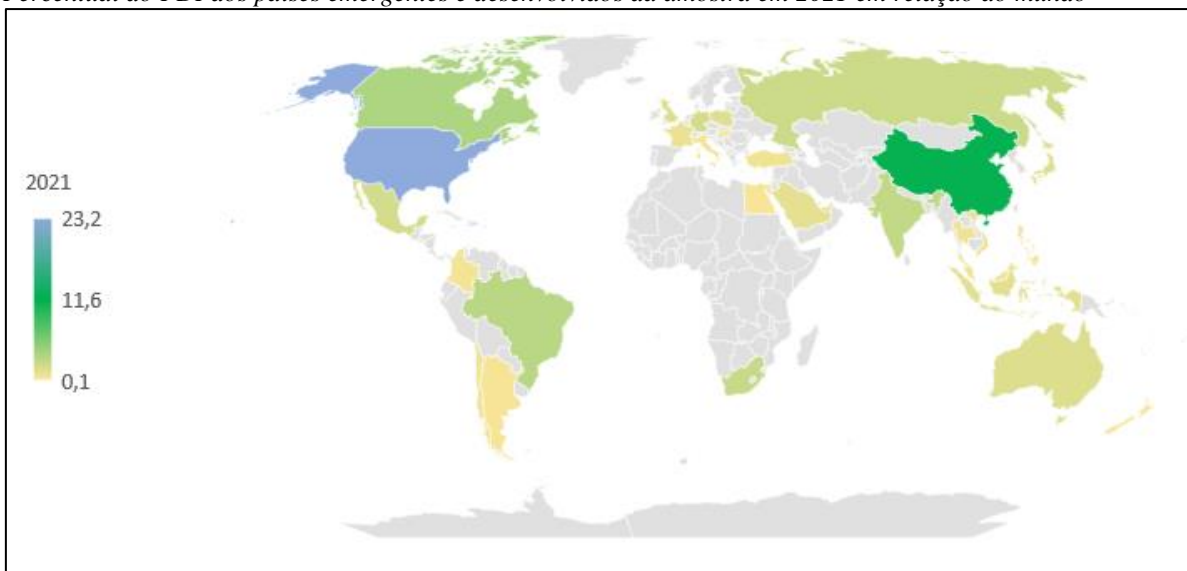
De modo a avaliar a robustez do modelo, a análise é acompanhada pela verificação do  $R^2$ , teste F, erro padrão residual e fator de inflação da variância - *Variance inflation factor* (VIF) (Fávero & Belfiore, 2017).

### 3.4 Estatística Descritiva

Em 2021, o FDI global movimentou cerca de US\$1,58 trilhões. A amostra da pesquisa é formada por 32 países. Os 12 países desenvolvidos da amostra da pesquisa receberam 43,7% do total do FDI transferido no mundo no ano de 2021, enquanto os 20 países emergentes da amostra somaram 36,2% desse montante. A Figura 1 demonstra visualmente o percentual de FDI recebido por estes países.

**Figura 1**

*Percentual do FDI dos países emergentes e desenvolvidos da amostra em 2021 em relação ao mundo*



Fonte: Elaborado com base nos dados divulgados pelas Nações Unidas (UNCTAD, 2023)

Nota: Conforme legenda, a cor azul representa os maiores fluxos de FDI, as cores verdes representam os fluxos que ficaram na média. A cor amarela representa os países que menos receberam fluxos de FDI em 2021.

O país desenvolvido com o maior percentual de fluxo de FDI é os Estados Unidos (23,22%), seguido da Singapura (6,26%) e Canadá (3,77%), enquanto o país desenvolvido que recebeu menor fluxo de FDI foi a Suíça (0,06%). Quanto aos emergentes, os países que mais

receberam fluxo de FDI no ano foram China (11,43%), Brasil (3,18%) e Índia (2,82%), ao passo que o país emergente que recebeu menos fluxo de FDI foi o Egito (0,32%).

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das variáveis da pesquisa. Foram utilizadas medidas de tendência central, medidas de dispersão e forma. Os resultados da Tabela 3 são autoexplicativos e demonstram o comportamento da amostra como um todo.

**Tabela 3**

*Estatística descritiva*

Variáveis	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
FDI	0,02798	0,02033	0,04300	-0,21433	0,28398
TRADE	0,65058	0,46384	0,48308	0,17820	2,77526
CPI	0,45820	0,43000	0,27062	0,00000	0,91000
CRES	0,02983	0,02899	0,03494	-0,11031	0,14520

Quanto a variável IPSAS, de acordo com o IFAC, dos 32 países da amostra 65,6% adotam as IPSAS. Desses, 13% adotam as IPSAS integralmente, ou seja, sem modificações. Enquanto 52,6% adotam parcialmente, o que significa que modificaram a norma para o contexto local, ou ainda não aderiram todos os preceitos da norma (Tawiah, 2021). Os não adotantes representam 34,4% da amostra. O detalhamento dos países por *status* de adoção é apresentado na Tabela 1. A constatação de que o *status* dominante de adoção das IPSAS nos países é a adoção parcial é consistente com o observado em estudos anteriores que empregaram tal variável (ex.: Cuadrado-Ballesteros & Bisogno, 2021; Hesarzadeh & Behbahaninia, 2022).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Resultados

Na Tabela 4 são apresentados os resultados da regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Essa estimação supõe que as variáveis explicativas do modelo são exógenas, assim, foram utilizados erros-padrão robustos e *clusterizados* por país, a fim de controlar a autocorrelação dos termos de erro e problemas relacionados a heterocedasticidade (Fávero & Belfiore, 2017).

**Tabela 4**

*Modelo de estimação Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)*

	(1)	(2)	(3)
FDI <sub>t-1</sub>	0,732*** (0,083)	0,668*** (0,051)	0,659*** (0,047)
IPSAS			0,003* (0,002)
CRES		0,044 (0,038)	0,042 (0,039)
CPI		0,005 (0,005)	0,004 (0,005)
TRADE		0,011** (0,004)	0,010** (0,004)
CONSTANT	0,007*** (0,002)	-0,002 (0,004)	-0,006 (0,005)
OBSERVATIONS	352	352	352
R <sup>2</sup>	0,572	0,586	0,587

Nota: Essa tabela apresenta a evolução do modelo, chegando à etapa (3) demonstrando o impacto da adoção das normas IPSAS no FDI recebido por países. As definições das variáveis são fornecidas na Tabela 2. O período de amostragem é de 2010 a 2021. Entre os parênteses estão os erros-padrão *clusterizados* por país. \*\*\*Significante ao nível de 1%; \*\*Significante ao nível de 5%; \*Significante ao nível de 10%.

De acordo com a tabela 4, têm-se a evolução do modelo final. Como pode ser observado, o modelo 1 representa a relação entre o FDI e o FDI defasado (L1), mostrando relação positiva e significativa ao nível de 1%. O modelo 2, mostra a relação entre o FDI, e o FDI passado e as demais variáveis de controle que se defende, de acordo com a revisão de literatura, como adequados ao modelo, encontrando relação significativa e positiva da variável abertura comercial (TRADE) ao nível de 5%.

O modelo 3, é o modelo final, verifica-se que ao se incluir a variável IPSAS, o R<sup>2</sup> apresenta uma sutil melhora, se comparado ao modelo 2 que não possuía a variável de interesse da pesquisa, indicando que, nesse momento, as variáveis independentes definidas para o estudo são capazes de explicar 58,7% do comportamento da variável FDI. O resultado do teste F (Prob F > 0,0000), associado ao resultado do erro padrão residual (Root MSE = 0,0273) indicam a significância e precisão deste modelo.

Os resultados por variável apontam que a variável de interesse, IPSAS, mostrou-se significativa ao nível de 10% (p-valor=0,093), indicando que a adoção às IPSAS pelos países desenvolvidos e emergentes, seja de forma completa ou parcial, oferece um impacto pequeno, porém positivo, no influxo de investimentos estrangeiros diretos.

De forma geral, quanto às variáveis de controle, apresentaram significância a variável FDI defasado (L1) ao nível de 1% (p-valor=0,000) e a abertura comercial (TRADE) ao nível de 5% (p-valor=0,011). No entanto, o Índice de Percepção de Corrupção (CPI) e a taxa de crescimento anual do PIB (CRES) não se demonstraram significativas neste modelo.

Adicionalmente, para validar o modelo, verificou-se a existência de correlações elevadas entre as variáveis explicativas, para isso efetuou-se a análise do VIF. A alta correlação entre as variáveis independentes leva ao problema da multicolinearidade, o que dificulta analisar os efeitos isolados de cada variável. Os resultados do VIF para este modelo foram valores abaixo de 3, demonstrando não haver problemas de multicolinearidade (Fávero & Belfiore, 2017).

## 4.2 Discussão

O FDI defasado foi identificado como altamente significativo e relacionado positivamente ao FDI atual. Deste modo, pode-se notar que o FDI atual pode ser afetado significativamente pelo FDI do ano anterior, corroborando com resultados de estudos anteriores como Sato (2012), Kariuki (2015), Peres et al. (2018) e Saini e Singhania (2018). A significância do FDI defasado suporta evidências de que os investidores se preocupam em realizar investimentos em países que já receberam aportes no passado, o que sinaliza receptividade para realizar negócios com investidores estrangeiros (Kariuki, 2015), além da noção de que a decisão de investimento estrangeiro envolve aportes significativos no sentido de investimento a longo prazo (Saini & Singhania, 2018).

Na sequência, a abertura comercial apontou significância ao nível de 5% em relação à variável dependente, com relação positiva. Este resultado aponta que, quanto maior a abertura comercial, maior o FDI, corroborando com a literatura que aponta essa variável como um determinante importante para o sucesso do FDI (Gani, 2007; Aw & Tang, 2010; Iamsiraroj, 2016; Saini & Singhania, 2018; Chamisa, 2020). Assim, reforça-se o entendimento preconizado na literatura de que políticas e práticas que promovam o livre comércio, o que reverbera em

maior abertura comercial, resultam em maior influxo de investimentos estrangeiros diretos (Kariuki, 2015; Adhikary, 2017; Chamisa, 2020).

O Índice de Percepção de Corrupção (CPI), por sua vez, não demonstrou significância em relação ao FDI na presente análise, possibilitando inferir que, para essa amostra de países, a corrupção percebida no país anfitrião não tem influenciado a entrada de investimentos estrangeiros diretos. Tal resultado surpreende ao considerar as evidências obtidas em estudos anteriores que apontam relação negativa entre corrupção e FDI (Aw & Tang, 2010; Hasan et al., 2017; Chamisa, 2020), a partir da noção de que a corrupção, como indicador negativo de governança, restringe o influxo de investimentos estrangeiros (Hasan et al., 2017). Todavia, o resultado da presente pesquisa, que aponta a não significância da variável CPI com relação ao FDI possui precedentes na literatura: Peres et al., (2018), onde o indicador de controle de corrupção foi insignificante no modelo composto por países em desenvolvimento; e Iloie (2015), que não encontrou relação significativa para os países da Europa Central e Oriental.

Da mesma forma, a taxa de crescimento anual do PIB não apresentou significância em relação à variável dependente FDI. Assim, para essa amostra, o crescimento econômico não foi elemento significativo para a atração de investimento estrangeiro direto. Esse resultado diverge de estudos que suportaram a inclusão da variável no presente modelo (Gani, 2007; Iamsiraroj, 2016; Saini & Singhanian, 2018), baseados em argumentos que ressaltam que o crescimento do PIB representa a produtividade do país e o potencial de mercado, assim atraindo FDI (Adhikary, 2017; Tocar, 2018). Contudo, esse achado vai ao encontro de Elfakhani e Mackie (2015), que investigaram os países pertencentes ao BRICS (países também presentes nessa pesquisa), e não encontraram significância nessa relação.

A respeito da variável de interesse da pesquisa, o status de adoção IPSAS apontou relação significativa ao nível de 10% em relação ao FDI, com sentido positivo. Deste modo, infere-se que a adoção das IPSAS, seja de forma parcial ou total, podem causar um efeito pequeno, mas positivo na atração de investimentos estrangeiros diretos para o país. A adoção das IPSAS gera expectativas aos países que decidem adotá-las, tendo em vista que seguir essa prática representa, segundo a literatura, uma inserção e legitimação no cenário internacional (Sellami & Gafsi, 2019). Assim, conforme a presente análise, ainda que cautelosamente deva ser interpretada, a adoção das IPSAS se indica como vantajosa, com o potencial de atrair investidores estrangeiros e, com isso, mais recursos para o desenvolvimento econômico, assim confirmando pressupostos observados na literatura quanto aos benefícios desta adoção (Sellami & Gafsi, 2019; Gebreyesus, 2020; Egolom & Ndum, 2021; Saleh et al., 2021).

Sob o ponto de vista teórico, a adoção das normas IPSAS pode ser interpretada à luz da Teoria da Dependência de Recursos. Ao assumir que o FDI, além de ser benéfico, é necessário para que países anfitriões supram suas necessidades, tais como de capital, tecnologia, geração de emprego, aumento de produtividade e avanço industrial (Peres et al., 2018), a adoção das IPSAS como política capaz de aumentar a entrada de investimentos estrangeiros diretos, assim atendendo a pressões coercitivas externas (Boolaky et al., 2020; Amiri & Hamza, 2020), pode ser estrategicamente eficaz.

Adotar as IPSAS parece transmitir confiança, ressaltando aos *stakeholders*, órgãos externos como o Banco Mundial e FMI, comprometimento e transparência para investirem, por seguirem padrões internacionais (Sellami & Gafsi, 2019; Madawa & Frank, 2022). Para Tawiah (2021) as IPSAS podem reduzir a corrupção em um país, e produzir efeito positivo na governança (Tawiah, 2022) fornecendo evidências interessantes aos formuladores de políticas e influenciando países emergentes/em desenvolvimento para a adoção.

Assim, o presente estudo contribui ao fornecer primeiras evidências empíricas sobre resultados efetivos entre IPSAS e FDI fornecidos às economias como consequência da adoção das IPSAS, no presente cenário para países desenvolvidos e emergentes, dada a persistência

desta lacuna na literatura (Schmidhuber, 2020) e que o objetivo final das IPSAS é promover melhorias econômicas aos países (Bakre et al., 2022).

## 5 CONCLUSÕES

As reformas na gestão pública, tal como a adoção das normas IPSAS, têm por finalidade promover melhorias econômicas (Bakre et al., 2022). O investimento estrangeiro direto funciona como engrenagem que favorece o crescimento econômico de um país, e por conta disso, desempenha um papel moderador para o crescimento sustentável de uma economia (Islam et al., 2020). Neste sentido, torna-se atrativo analisar se a adoção das normas IPSAS produz impacto na atração do FDI.

Tomando como base a lacuna identificada na literatura sobre a falta de evidência empírica desta relação, além da demanda quanto a estudos que evidenciem os resultados efetivos obtidos pelos países com a adoção das IPSAS (Schmidhuber, 2020), o presente estudo se propôs a analisar o impacto da adoção das normas IPSAS no FDI recebido por países. Esta análise, ancorada na Teoria da Dependência de Recursos, empregou técnicas de análise quantitativa para avaliar a existência de relação positiva e significativa entre a adoção das normas IPSAS e a entrada de FDI, considerando 32 países desenvolvidos e emergentes no período de 2010 a 2021.

Os resultados da aplicação de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários demonstraram um efeito pequeno, porém positivo, da adoção das IPSAS, seja de forma parcial ou integral, nos investimentos estrangeiros diretos recebidos pelos países da amostra, que representam quase 80% do FDI mundial. Pela ótica da dependência de recursos, pode-se entender que, dado que a atratividade do FDI é um recurso importante para a economia dos países (Peres et al., 2018), em especial para aquelas que dependem de recursos estrangeiros para promover seu desenvolvimento e, por isto, estão mais suscetíveis a promoverem reformas (Saini & Singhania (2018) como a adoção das IPSAS (Christiaens et al., 2015; Amiri & Hamza, 2020; Boolaky et al., 2020), tal achado aponta que a adoção das IPSAS tem, de fato, se constituído como meio capaz de aumentar a legitimidade institucional (Benito et al., 2007), assim atraindo investimentos estrangeiros (Sellami & Gafsi, 2019).

Nesse contexto, este estudo proporciona uma progressão na literatura sobre os benefícios das IPSAS, em especial fornecendo novas evidências empíricas sobre resultados efetivos aos países como consequência de sua adoção, o que agrega aos debates acadêmicos acerca do real impacto destas normas às economias, que ainda apresentam resultados difusos. Ainda, traz evidências empíricas acerca de pressupostos presentes na literatura que relacionavam positivamente a adoção das IPSAS e o influxo de investimentos estrangeiros diretos, o que ainda não havia sido observado.

No aspecto prático, tal evidência possui impacto ao trazer novos subsídios que estimulem líderes governamentais e formuladores de políticas públicas a aplicarem reformas no setor público no sentido de encontrarem alternativas às contingências presentes no seu ambiente, observando a adoção das IPSAS como estratégia capaz de atrair mais fluxos de capital tal como o FDI, conduzindo a sociedade a se valer de seus benefícios.

Todavia, é necessário apontar que a adoção das IPSAS exige grande reestruturação estatal, impondo desafios aos governos relativos a recursos financeiros, capacitação de pessoal e sistemas informatizados (Saleh et al, 2021). Ainda, há na literatura relatos de dificuldades quanto a aplicação efetiva das normas, por estas advirem das normas internacionais aplicadas a organizações privadas (Fahlevi et al., 2022; Soguel et al., 2022; Van Schaik, 2021). Portanto, uma análise de custo-benefício e o comprometimento da alta administração governamental em desenvolver ou ao menos garantir programas bem definidos para as mudanças pode ser essencial para que os benefícios pretendidos sejam colhidos.

Ressalva-se que esta pesquisa se limita ao intervalo de 2010 a 2021, por ser 2021 o ano mais recente divulgado das variáveis macroeconômicas. Além disso, estudos anteriores traçam uma variedade de fatores exógenos que podem explicar a atração de FDI; no entanto, este estudo abordou no modelo as variáveis que considerou, de acordo com a revisão de literatura, os determinantes mais recorrentes do FDI, reconhecendo-se que esta listagem não é exaustiva. Ademais, os resultados desse estudo se limitam aos 32 países da amostra, devendo ser interpretados cautelosamente, visto que as políticas de atração de FDI precisam levar em conta as especificidades de cada país, e não ser baseadas em políticas gerais (Delgado et al., 2014; Adhikary; 2017).

Pesquisas futuras poderiam explorar a relação das IPSAS com outros indicadores macroeconômicos, ou indicadores locais sociais e financeiros. Além disso, futuras pesquisas podem analisar o tempo de experiência na adoção das IPSAS como fator importante, já que o efeito real das IPSAS pode levar algum tempo para se manifestar, assim como a maturidade dos envolvidos com as normas (Tawiah, 2022). Novos estudos podem abranger outros países e explorar contextos específicos não delineados na presente análise, por exemplo, países em transição econômica ou mesmo analisar países de acordo com determinadas regiões geográficas.

## REFERÊNCIAS

- Adhikary, B. K. (2017). Factors influencing foreign direct investment in South Asian economies: A comparative analysis. *South Asian Journal of Business Studies*, 6(1), 8-37. <https://doi.org/10.1108/SAJBS-10-2015-0070>
- Amiri, A., & Hamza, S. E. (2020). The transition to IPSAS standards: the extent of adoption and the influence of institutional, contingency and economic network factors. *Accounting and Management Information Systems*, 19(2), 215-251. <https://dx.doi.org/10.24818/jamis.2020.02002>
- Aw, Y. T., & Tang, T. C. (2010). The determinants of inward foreign direct investment: The case of Malaysia. *International Journal of Business and Society*, 11(1), 59-76.
- Bakre, O. M., McCartney, S., & Fayemi, S. O. (2022). Accounting as a technology of neoliberalism: the accountability role of IPSAS in Nigeria. *Critical Perspectives on Accounting*, 87, 102282. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102282>
- Barton, A. (2009). The use and abuse of accounting in the public sector financial management reform program in Australia. *Abacus*, 45(2), 221-248. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-6281.2009.00283>.
- Benito, B., Brusca, I., & Montesinos, V. (2007). The harmonization of government financial information systems: the role of the IPSASs. *Revue Internationale des Sciences Administratives*, 73(2), 323-350. <http://dx.doi.org/10.1177/0020852307078424>.
- Biro, F. P., Erdey, L., Gall, J., & Markus, A. (2019). The effect of governance on foreign direct investment in Latin America—issues of model selection. *Global Economy Journal*, 19(1), 1950006. <https://doi.org/10.1142/S2194565919500064>
- Bisogno, M., Manes-Rossi, F., & Sicilia, M. (2022). Designing international public sector accounting standards: An analysis of constituents' participation through comment letters. *Financial Accountability & Management*, 38(4), 661-685. <https://doi.org/10.1111/faam.12343>
- Blonigen, B. A., & Piger, J. (2014). Determinants of foreign direct investment. *Canadian Journal of Economics/Revue Canadienne D'économique*, 47(3), 775-812. <https://doi.org/10.1111/caje.12091>

- Boolaky, P. K., Mirosea, N., & Omoteso, K. (2020). The adoption of IPSAS (Accrual Accounting) in Indonesian local government: A neo-institutional perspective. *International Journal of Public Administration*, 43(14), 1252-1265. <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1669047>
- Borbély, T., Király, M. S., & Kakas, S. (2021). Accrual accounting—an untapped opportunity to measure the performance of budgetary bodies. *Pénzügyi Szemle/Public Finance Quarterly*, 66(Specia), 52-74. [https://doi.org/10.35551/PFQ\\_2021\\_s\\_2\\_3](https://doi.org/10.35551/PFQ_2021_s_2_3)
- Borensztein, E., De Gregorio, J., & Lee, J. W. (1998). How does foreign direct investment affect economic growth?. *Journal of international Economics*, 45(1), 115-135. [https://doi.org/10.1016/S0022-1996\(97\)00033-0](https://doi.org/10.1016/S0022-1996(97)00033-0)
- Castañeda-Rodriguez, V. (2022). Is IPSAS implementation related to fiscal transparency and accountability? *Brazilian Administration Review*, 19(1), 1-21. <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2022210071>
- Chamisa, M. G. (2020). Does Corruption Affect Foreign Direct Investment (FDI) Inflows in SADC Countries? *Journal of Applied Accounting and Taxation*, 5(2), 166-174.
- Christiaens, J., Reyniers, B., & Rollé, C. (2010). Impact of IPSAS on reforming governmental financial information systems: a comparative study. *International Review of Administrative Sciences*, 76(3), 537-554. <https://doi.org/10.30871/jaat.v5i2.1873>
- Christiaens, J., Vanhee, C., Manes-Rossi, F., Aversano, N., & Van Cauwenberge, P. (2015). The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: An international comparison. *Revue Internationale des Sciences Administratives*, 81(1), 171-191. <http://dx.doi.org/10.1177/0020852314546580>.
- Cohen, S., Bisogno, M., & Malkogianni, I. (2019). Earnings management in local governments: the role of political factors. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(3), 331-348. <https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2018-0162>
- Cuadrado-Ballesteros, B., & Bisogno, M. (2021). Public sector accounting reforms and the quality of governance. *Public Money & Management*, 41(2), 107-117. <https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1724665>
- Cuadrado-Ballesteros, B., Bisogno, M., & Vaia, G. (2022). Public-Sector Accounting Reforms and Governmental Efficiency: A Two-Stage Approach. *The International Journal of Accounting*, 57(04), 2250017. <https://doi.org/10.1142/S1094406022500172>
- Cuadrado-Ballesteros, B., Citro, F., & Bisogno, M. (2020). The role of public-sector accounting in controlling corruption: an assessment of Organisation for Economic Co-operation and Development countries. *International Review of Administrative Sciences*, 86(4), 729-748. <https://doi.org/10.1177/0020852318819756>
- Delgado, M. S., McCloud, N., & Kumbhakar, S. C. (2014). A generalized empirical model of corruption, foreign direct investment, and growth. *Journal of Macroeconomics*, 42, 298-316. <https://doi.org/10.1016/j.jmacro.2014.09.007>
- Dunning, J. H. (1973). The determinants of international production. *Oxford economic papers*, 25(3), 289-336. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.oep.a041261>
- Dunning, J. H. (1980). Toward an eclectic theory of international production: Some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, 11, 9-31. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490593>
- Dunning, J. H. (1988). The eclectic paradigm of international production: A restatement and some possible extensions. *Journal of International Business Studies*, 19(1), 1-31. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8490372>
- Egolum, P. U., & Ndum, N. B. (2021). The effect of International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) on Financial Reporting Quality of Anambra State public sector. *International Journal of Management, Social Sciences, Peace and Conflict Studies*, 4(3), 51-67.

- Elfakhani, S., & Mackie, W. (2015). An analysis of net FDI drivers in BRIC countries. *Competitiveness Review*, 25(1), 98-132. <https://doi.org/10.1108/CR-05-2013-0053>
- Fahlevi, H., Irsyadillah, I., Arafat, I., & Adnan, M. I. (2022). The inefficacy of accrual accounting in public sector performance management: Evidence from an emerging market. *Cogent Business & Management*, 9(1), 2122162. <https://doi.org/10.1080/23311975.2022.2122162>
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier.
- Gani, A. (2007). Governance and foreign direct investment links: evidence from panel data estimations. *Applied Economics Letters*, 14(10), 753-756. <https://doi.org/10.1080/13504850600592598>
- Gebreyesus, S. A. (2020). Assessment of the challenges and benefits of adopting International Public Sector Accounting Standards in developing countries—the case of Ethiopia. *European Journal of Economic and Financial Research*, 4(1), 99-107. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3831132>
- Hasan, M., Rahman, M. N., & Iqbal, B. A. (2017). Corruption and FDI inflows: Evidence from India and China. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 8(4), 173-182. <https://doi.org/10.2478/mjss-2018-0088>
- Hesarzadeh, R., & Behbahaninia, P. S. (2022). The impact of International Public Sector Accounting Standards on economic policy uncertainty. *Public Money & Management. Advance online publication*. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2154066>
- Hyndman, N., & Connolly, C. (2011). Accruals accounting in the public sector: A road not always taken. *Management Accounting Research*, 22(1), 36-45. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2010.10.008>
- Iamsiraroj, S. (2016). The foreign direct investment–economic growth nexus. *International Review of Economics & Finance*, 42, 116-133. <https://doi.org/10.1016/j.iref.2015.10.044>
- International Federation of Accountants. (2023, jan 20). *Map of global impact of adoption of Public Sector Accounting Standards*. <https://www.ifac.org/what-we-do/global-impact-map/adoption-profiles>
- International Monetary Fund. (2023, fev 06). *Developed and Emerging Countries*. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2021/06/the-future-of-emerging-markets-dutttagupta-and-pazarbasioglu.htm#:~:text=This%20approach%20identifies%20the%20following,and%20the%20United%20Arab%20Emirates>
- Iloie, R. E. (2015). Connections between FDI, corruption index and country risk assessments in Central and Eastern Europe. *Procedia Economics and Finance*, 32, 626-633. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01442-2](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01442-2)
- Islam, M. A., Khan, M. A., Popp, J., Sroka, W., & Oláh, J. (2020). Financial development and foreign direct investment—The moderating role of quality institutions. *Sustainability*, 12(9), 3556. <https://doi.org/10.3390/su12093556>
- Kariuki, C. (2015). The determinants of foreign direct investment in the African Union. *Journal of Economics, Business and Management*, 3(3), 346-351. <https://doi.org/10.7763/JOEBM.2015.V3.207>
- Kurtz, M. J., & Schrank, A. (2007). Growth and governance: Models, measures, and mechanisms. *The Journal of Politics*, 69(2), 538-554. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2007.00549.x>
- Lopes, A. E. M. P. (2017). Dependência de recursos e custos de transação: rumo a um modelo convergente. *Gestão & Produção*, 24, 806-813. <https://doi.org/10.1590/0104-530X2819-16>



- Madawa, S. C., & Frank, E. O. (2022). Examining The Influence of Environmental Dynamics on International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) Execution in Nigeria. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 12(8), 507-520. <http://dx.doi.org/10.6007/IJARBS/v12-i8/14255>
- Niarachma, R., Effendi, N., & Ervani, E. (2021). The Effect of Governance on FDI Inflows in ASEAN. *Optimum: Jurnal Ekonomi dan Pembangunan*, 11(1), 44-58. <https://doi.org/10.12928/optimum.v11i1.3620>
- Oulasvirta, L. (2014). The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC. A critical case study. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(3), 272-285. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.12.001>
- Panigrahi, T. R., & Panda, B. D. (2012). Factors influencing FDI inflow to India, China and Malaysia: an empirical analysis. *Asia-Pacific Journal of Management Research and Innovation*, 8(2), 89-100. <http://dx.doi.org/10.1177/2319510X1200800202>
- Paul, J., & Feliciano-Cestero, M. M. (2021). Five decades of research on foreign direct investment by MNEs: An overview and research agenda. *Journal of Business Research*, 124, 800-812. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.04.017>
- Peres, M., Ameer, W., & Xu, H. (2018). The impact of institutional quality on foreign direct investment inflows: evidence for developed and developing countries. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 31(1), 626-644. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2018.1438906>
- Pfeffer, J., & Salancik, GR 1978. *The external control of organizations: a resource dependency perspective*. Harper & Row.
- Saini, N., & Singhania, M. (2018). Determinants of FDI in developed and developing countries: A quantitative analysis using GMM. *Journal of Economic Studies*, 45(2), 348-382. <https://doi.org/10.1108/JES-07-2016-0138>
- Saleh, Z., Isa, C. R., & Hasan, H. A. (2021). Issues and Challenges in Implementing International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). *IPN Journal of Research and Practice in Public Sector Accounting and Management*, 11(1), 1-14.
- Sato, T. (2012). Empirical analysis of corporate tax and foreign direct investment. *Public Policy Review*, 8(1), 1-20.
- Schmidhuber, L., Hilgers, D., & Hofmann, S. (2022). International Public Sector Accounting Standards (IPSASs): A systematic literature review and future research agenda. *Financial Accountability & Management*, 38(1), 119-142. <https://doi.org/10.1111/faam.12265>
- Sellami, Y. M., & Gafsi, Y. (2019). Institutional and economic factors affecting the adoption of international public sector accounting standards. *International Journal of Public Administration*, 42(2), 119-131. <https://doi.org/10.1080/01900692.2017.1405444>
- Shehadeh, E. (2022). A Movement Towards the Accrual Based IPSAS Implementation in Developing Countries: Evidence from Jordan. *The Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 9(3), 389-397. <https://doi.org/10.13106/jafeb.2022.vol9.no3.0389>
- Soguel, N., Mauri, N., & Pimenta, H. S. (2022). Heterogeneity when accounting standards are non-binding: Internal service charges in the Swiss cantons. *Public Money & Management*, 1-9. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2083852>
- Tawiah, V. (2021). The impact of IPSAS adoption on corruption in developing countries. *Financial Accountability & Management* 39(1), 103-124. <https://doi.org/10.1111/faam.12288>
- Tawiah, V. (2022). The Effect of IPSAS Adoption on Governance Quality: Evidence from Developing and Developed Countries. *Public Organization Review*, 23(1), 305-324 <https://doi.org/10.1007/s11115-022-00625-w>
- Tocar, S. (2018). Determinants of foreign direct investment: A review. *Review of Economic and Business Studies*, 11(1), 165-196. <https://doi.org/10.1515/rebs-2018-0069>

- Transparência Internacional. (2023, fev 06). *Índice de Percepção da Corrupção*.  
<https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>
- United Nations Conference on Trade and Development. (2023, fev 06). *Foreign Direct Investment: Incoming and Outgoing Inflows and Inventory*.  
[https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS\\_ChosenLang=en](https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en).
- Van Schaik, Franz D. J. (2021). Budget reconciliation and accounting. *Public Money and Management*, 1-10. <https://doi.org/10.1080/09540962.2021.2000693>
- World Bank. (2023, fev 02). *Data and search by indicator*.  
<https://data.worldbank.org/indicator>.